

EDP Transmissão Norte S.A.

CNPJ/MF nº 43.076.117/0001-61



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM							
(Em milhares de reais)							
	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.419	2.056	Fornecedores	12	14.036	9.191
Outros tributos compensáveis	6	316	130	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	29	61
Cauções e depósitos vinculados	9	3	3	Outros tributos a recolher	6	1.281	550
Outros créditos	11	8	44	Dividendos	13	1.452	
Total do Ativo Circulante		5.746	2.233	Provisões	14	1.881	
Não circulante				Outras contas a pagar	11	786	535
Outros tributos compensáveis	6	1.450		Total do Passivo Circulante		19.465	10.337
Cauções e depósitos vinculados	9	2.963	3.164	Não circulante			
Ativos da concessão	10	491.432	146.821	PIS e COFINS diferidos	7	17.937	5.360
		495.845	149.985	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	15.136	4.538
		94	107	Adiantamento para futuro aumento de capital	8.1	220.000	113.206
Imobilizado		28		Provisões	14	1.195	
Intangível		122	107	Outras contas a pagar	11	162	122
Total do Ativo Não circulante		495.967	150.092	Total do Passivo Não circulante		254.430	123.226
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	223.157	20.951
				Reservas de lucros	15.3	4.661	
				Prejuízos acumulados			(2.189)
				Total do Patrimônio líquido		227.818	18.762
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		501.713	152.325
TOTAL DO ATIVO							
		501.713	152.325				
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS				DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)				(Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022		2023	2022	
Receitas				Resultado líquido do exercício			
Custos	16	332.033	133.350	Resultado abrangente do exercício	8.302	(2.071)	
Custo de construção da infraestrutura da concessão	17	(309.937)	(130.570)		8.302	(2.071)	
		(309.937)	(130.570)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Lucro bruto		22.096	2.780	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Despesas e Receitas operacionais				(Em milhares de reais)			
Despesas gerais e administrativas	18	(4.307)	(1.104)		Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados
Outras despesas e receitas operacionais		915					Total
		(3.392)	(1.104)	Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.951	-	(118)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		18.704	1.676	Aumento de capital - AGOE de 29/04/2022	10.000		10.000
Resultado financeiro	19			Prejuízo do exercício			(2.071)
Receitas financeiras		1.188	716	Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.951	-	(2.189)
Despesas financeiras		(746)	(11)	Capital social	20.951	Reservas de lucros	Total
		442	705	Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.951	-	(2.189)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		19.146	2.381	Aumento de capital - AGOE de 28/04/2023	202.206		202.206
Tributos sobre o lucro	20			Lucro líquido do exercício			8.302
Imposto de renda e contribuição social correntes		(246)	(173)	Destinação do lucro			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(10.598)	(4.279)	Constituição de reserva legal		306	(306)
		(10.844)	(4.452)	Reserva de retenção de lucros		4.355	(4.355)
Resultado líquido do exercício		8.302	(2.071)	Dividendos mínimo obrigatório			(1.452)
				Saldos em 31 de dezembro de 2023	223.157	4.661	-
Resultado por ação atribuível aos acionistas	21			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)		8.302,00000	(2.071,00000)	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
ON				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				(Em milhares de reais)			

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)			
	2023	2022			Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Receita relativa à construção de ativos próprios	32			Resultado antes dos tributos sobre o lucro		19.146	2.381
Receita com construção da infraestrutura	322.951	136.057		Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Atualização dos Ativos da concessão	21.660	2.345		PIS e COFINS diferidos		(1)	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(310.253)	(131.214)		Remuneração dos Ativos da concessão		(20.869)	(2.259)
Materiais	(225)	(100)		Margem na construção		(1.226)	(521)
Serviços de terceiros	(902)	(528)		Depreciações e amortizações		901	27
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(309.969)	(130.570)		Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		915	
Outros custos operacionais	843	(16)		Provisões para licenças ambientais - atualização monetária		594	
Valor adicionado bruto	34.390	7.188		Outros		(766)	(46)
Retenções				(Aumento) diminuição de ativos operacionais		(1.306)	(418)
Depreciações e amortizações	(901)	(27)		Outros tributos compensáveis		(8.569)	(197)
Valor adicionado líquido produzido	33.489	7.161		Cauções e depósitos vinculados		571	(3.107)
Valor adicionado recebido em transferência				Outros ativos operacionais		(879)	(44)
Receitas financeiras	1.192	717		(Aumento) diminuição de passivos operacionais		(8.877)	(3.348)
Valor adicionado total a distribuir	34.681	7.878		Fornecedores		4.843	(32.919)
Distribuição do valor adicionado				Outros tributos a recolher		7.474	515
Pessoal				Obrigações Sociais e Trabalhistas		215	365
Remuneração direta	1.333	309		Provisões		(5.564)	
Benefícios	183	24		Outros passivos operacionais		592	(546)
FGTS	267	346		Caixa aplicados nas atividades operacionais		7.560	(32.585)
Impostos, taxas e contribuições				Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.623)	(36.351)
Federais	23.468	8.720		Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(89)	(74)
Estaduais	328	610		Fluxo de caixa das atividades de investimento		(2.712)	(36.425)
Remuneração de capitais de terceiros				Adições aos Ativos da concessão		(301.936)	(90.634)
Juros	746	10		Adições ao Imobilizado e Intangível		(32)	
Aluguéis	54	(70)		Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(301.968)	(90.634)
Remuneração de capital próprio				Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos	1.452			Cauções e depósitos vinculados			(3)
	27.831	9.949		Adiantamento para futuro aumento de capital		220.000	113.206
	6.850	(2.071)		Aumento de capital social		89.000	10.000
Lucro retido/ Prejuízo do exercício	34.681	7.878		Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(957)	(80)
				Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	23.1	308.043	123.123
				Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.363	(3.936)
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.419	2.056
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.056	5.992
						3.363	(3.936)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)							
1 Contexto operacional							
A EDP Transmissão Norte S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Norte), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada direta da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading ou Controladora) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, foi constituída em 13 de julho de 2021, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.							
A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de sua linha de transmissão que representa, em 31 de dezembro de 2023, uma evolução de 53,7% do investimento previsto no projeto e tem previsão de entrada em operação comercial em 30 de setembro de 2026, conforme contrato de concessão.							
2 Concessão							
Em 30 de junho de 2021 a EDP - Energias do Brasil arrematou o lote 01 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 01/21, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 360 km e uma subestação localizada no Estado do Acre.							
A EDP - Energias do Brasil definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 11/2021 com as seguintes características:							
Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
360 km	Serviço Público	Concessão	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV	30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente
3 Licenças ambientais							
Os órgãos responsáveis pelas licenças ambientais da Companhia são o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o IMAC - Instituto Ambiental do Acre.							
Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:							



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 28/03/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Licença Prévia - LP: até 30 de setembro de 2022 - Licenças Prévias LP nº 54/2022 (SE Tucumã) obtida em 30/03/2022; LP nº 55/2022 (Seccionamento da LT 230kV com origem na LT 230kV SE Abunã - SE Rio Branco I e destino à nova Subestação Tucumã 230/69kV) obtida em 30/03/2022; e LP nº 671/2022 (Linha de Transmissão 230kV SE Abunã - SE Rio Branco I C3 e Ampliação das Subestações Associadas) obtida em 30/08/2022.

• Licença de Instalação - LI: até 30 de março de 2024 - Licenças de Instalação nº 108/2022 (SE Tucumã) obtida em 19/05/2022; LI nº 109/2022 (Seccionamento da LT 230kV com origem na LT 230kV SE Abunã - SE Rio Branco I e destino à nova Subestação Tucumã 230/69kV) obtida em 19/05/2022; e LI nº 1452/2022 (Linha de Transmissão 230kV SE Abunã - SE Rio Branco I C3 e Ampliação das Subestações Associadas) obtida em 11/11/2022.

• Licença de Operação - LO: até 30 de setembro de 2026.

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

No exercício de 2023, os gastos com estudos ambientais totalizaram R\$5.479 (1.732 em 2022).

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

4.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 22.1.1.

4.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 7); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 10); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 22.1.1.3.1).

4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

4.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

4.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement</i> 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii)Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v)Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronuncia-mento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronuncia-mento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronuncia-mento	01/01/2025

4.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Pronuncia-mento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento		146	254
Aplicações financeiras			
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.1	5.273	1.802
		5.273	1.802
		5.419	2.056

Total

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 22.2.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5.1 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas à taxa de 85,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em Nota	31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2023
Ativos compensáveis								
Outros tributos compensáveis	6.1				7.924		(6.510)	1.665
ICMS		9	242				(189)	78
IRRF sobre aplicações financeiras		93	174				22	23
Outros		28	224	4		(255)		
Total		130	640	4	7.924	(255)	(6.677)	1.766
Circulante		130						316
Não Circulante		-						1.450
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		61	246		(89)		(189)	29
Total Circulante		61	246	-	(89)	-	(189)	29
Outros tributos a recolher								
ICMS		72	22.083		(15.426)		(6.510)	219
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		201	3.916		(3.813)		22	326
Encargos com pessoal		277	5.527		(4.813)	(255)		736
Total Circulante		550	31.526	-	(24.052)	(255)	(6.488)	1.281

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 ICMS

A variação refere-se principalmente ao pagamento em duplicidade.

7 Tributos diferidos

	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo Não circulante
PIS e COFINS	7.1	17.937	5.360	
Imposto de renda e contribuição social	7.2	15.136	4.538	
Total		33.073	9.898	

7.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 3,65%.

7.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre a receita de construção considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Passivo Não circulante	Resultado
Diferenças Temporárias		31/12/2023	31/12/2022
Reconhecimento de receita - Lucro Presumido	7.2.1.1	15.136	4.538 (10.598)
Total		15.136	4.538 (10.598)

7.2.1.1 Reconhecimento de receita - Lucro Presumido

A variação refere-se a um aumento na Receita registrada em 2023 em comparação ao ano de 2022.

8 Partes relacionadas

	Relacio-namento	Duração	Passivo Não circulante	Despesas Operacionais
			31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 8.1)				
EDP Trading	Controladora direta	01/04/2022 a indeterminado	220.000	113.206
			220.000	113.206
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)				
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)				
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2015 a 31/12/2026	4	1 (32)
EDP São Paulo	Controle Comum	01/01/2023 a 31/12/2023		(3)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (b)				
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2023	57	80 (538)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)				
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2022 a 31/12/2027	52	19 (414)
			113	100 (987)
			220.113	113.306 (987)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) **Contratos de compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foram assinados contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora final EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém(*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP - Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém (*), Investco, Lajeado e EDP Smart Energia, bem como entre a EDP - Energias do Brasil e EDP Espírito Santo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão SP-MG e EDP Transmissão Litoral Sul. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2023 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revisitos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(b) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest , Investco, Lajeado; e Porto do Pecém (*), EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de BackOffice tem vigência até 31 de dezembro de 2023. Atualmente, está em vias de conclusão na ANEEL o processo de anuência à renovação desse contrato por mais 5 anos.

(c) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Goiás, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte, Porto do Pecém (*), Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP EDP Trading e EDP Smart Energia. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a coligada EDP - Energias do Brasil alienou a coligada Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

8.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	113.206
AFACs realizados no exercício - EDP Trading	309.000
Integralização de capital social - AGE 28/04/2023 (Nota 15.1)	(202.206)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	220.000



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 28/03/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso, em caráter irrevogável e irretratável, de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

8.2 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. Sendo a controladora final a EDP - Energias do Brasil que por sua vez é controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	14.1	3.156	1.129	370	(1.620)	(80)	2.955
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		3					3
Outros cauções		8					8
Total		3.167	1.129	370	(1.620)	(80)	2.966
Circulante		3					3
Não Circulante		3.164					2.963

10 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 122/22 e 128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• **Modelo do ativo financeiro**

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• **Modelo do ativo intangível**

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• **Modelo bifurcado**

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47 / IFRS15. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 16.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 22.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições (Notas 16 e 17)	Remuneração (Nota 16)	Margem na construção (Nota 16)	Outros	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos da concessão	146.821	309.937	21.660	1.226	11.788	491.432
Total	146.821	309.937	21.660	1.226	11.788	491.432

O saldo de R\$491.432 em 31 de dezembro de 2023 representa a conclusão de 53,7% do investimento previsto para o projeto, acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2023	31/12/2022	Não circulante 31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		8	44		
Total		8	44	-	-
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		67	61		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			113	100
Arrendamentos e aluguéis		29	35	49	22
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.1	580	365		
Outros		110	74		
Total		786	535	162	122
11.1 Obrigações sociais e trabalhistas					
Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.					

12 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo de Materiais e serviços em 31 de dezembro de 2023 de R\$14.036 (R\$9.191 em 31 de dezembro de 2022) refere-se ao custo com engenharia para construção da infraestrutura de transmissão elétrica.

13 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Saldo em 31/12/2022	Dividendos mínimos obrigatórios	Saldo em 31/12/2023
Passivo			
EDP Trading	-	1.452	1.452
	-	1.452	1.452

14 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Passivo Circulante 31/12/2023	Não circulante 31/12/2023
Provisões cíveis	14.1		808
Licenças ambientais	14.2	1.881	387
Total		1.881	1.195

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

14.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

14.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo				Ativo	
		Saldo em			Atualização	Saldo em	Depósito judicial
	Nota	31/12/2022	Constituição	Pagamentos	monetária	31/12/2023	31/12/2023
Cíveis	14.1.1.1	-	846	(85)	47	808	643
Total Não circulante		-	846	(85)	47	808	643

14.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, aos processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

14.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo Depósito judicial
	Nota 31/12/2023
Cíveis	14.1.1.1
Total	1.986

14.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 é de R\$326 (R\$3.156 em 31 de dezembro de 2022). A redução deve-se ao andamento das causas e mudanças de risco.

14.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor

estimativa, e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,19% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2023
Licenças ambientais							
Circulante	-	4.999	(5.479)	195	2.003	163	1.881
Não circulante	-	2.154		26	(2.003)	210	387
Total	-	7.153	(5.479)	221	-	373	2.268

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$223.157 (R\$20.951 em 31 de dezembro de 2022) totalmente subscrito e parcialmente integralizado, representado por 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP Trading.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 28 de abril de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R\$202.206, sem emissão novas ações, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (Nota 8.1).

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

15.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro a ser destinado			
Lucro (prejuízo) líquido apurado no exercício		8.302	(2.071)
Prejuízos acumulados		(2.189)	
Lucro líquido ajustado		6.113	(2.071)
Constituição da reserva legal - 5%	15.3	(306)	
		5.807	(2.071)
Destinação do lucro			
Dividendos mínimos obrigatórios	13	1.452	
Reserva de lucros		4.355	
		5.807	-
Dividendos por lotes de mil ações - em reais		1.452,00000	-

15.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2023
Reservas de lucros	15.2	
Legal		306
Retenção de lucros		4.355
		4.661

16 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• **Receita de construção da Infraestrutura de construção**

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 0,40% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado por ela e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• **Receita de Operação e Manutenção (O&M)**

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 5%.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• **Remuneração dos Ativos da concessão**

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativos da Concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 7,45% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de reajustes ou revisões tarifárias, com respectivo impacto na RAP, terão seu efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2023	2022
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	16.1	322.951	136.057
Remuneração dos Ativos da concessão	10	21.660	2.345
Receita operacional bruta		344.611	138.402
(-) Deduções à receita operacional			
PIS/COFINS		(12.578)	(5.052)
		(12.578)	(5.052)
		332.033	133.350

Receita

16.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

Representa a evolução, em 2023, de 26,8% do investimento previsto no projeto (15,8% em 2022), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 53,7% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

17 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2023	2022
Terrenos		4.343	8.739
Máquinas e equipamentos		275.382	78.703
Gastos ambientais		5.299	1.732
Outros		24.913	41.396
	10	309.937	130.570

18 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		Despesas operacionais					
		2023			2022		
		Gerais e			Gerais e		
	Nota	Administrativas	Outras	Total	Administrativas	Total	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	18.1	1.893		1.893	425	425	
Material		225		225	100	100	
Serviços de terceiros	18.2	902		902	528	528	
Depreciação - Ativos de direito de uso		897		897	27	27	
Amortização		4		4			
Arrendamentos e aluguéis		54		54	(69)	(69)	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			(915)	(915)			
Outras		332		332	93	93	
Total		4.307	(915)	3.392	1.104	1.104	



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 28/03/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.1 Pessoal			
		<u>2023</u>	<u>2022</u>
	Pessoal		
	Remuneração	1.045	239
	Encargos	354	90
	Previdência privada - Corrente	8	1
	Despesas rescisórias	10	35
	Participação nos Lucros e Resultados - PLR	294	38
	Outros benefícios - Corrente	171	22
		1.882	425
Administradores	Honorários e encargos	7	
	Benefícios dos administradores	4	
		11	-
		1.893	425
18.2 Serviços de terceiros			
		<u>2023</u>	<u>2022</u>
	Serviços ambientais	83	67
	Serviços de publicação e publicidade	88	68
	Serviços Compartilhados	523	346
	Outros	208	47
		902	528

19 Resultado Financeiro			
		<u>Nota</u>	<u>2023</u> <u>2022</u>
	Receitas financeiras		
	Juros e variações monetárias		
	Renda de aplicações financeiras	5	791 666
	Depósitos judiciais e provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	9	370 49
	Juros e multa sobre tributos		4
	(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(4) (1)
	Outras receitas financeiras		27 2
		1.188	716
Despesas financeiras	Encargos de dívida		
	Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1.1	(47) (3)
	Arrendamentos e aluguéis		(94) (594)
	Outros juros e variações monetárias		(11) (8)
	Outras despesas financeiras		(746) (11)
			442 705

20 Impostos de renda e Contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.
A Companhia optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	19.146	2.381
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(6.510)	(810)
Outros		
Ajuste lucro presumido	(4.358)	(3.666)
Incentivos fiscais		
Outras	24	24
Despesa de IRPJ e CSLL	(10.844)	(4.452)
Alíquota efetiva	56,64%	186,98%

21 Resultado por ação
O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado “básico” por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado “diluído” por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	8.302	(2.071)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	1	1
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	8.302,00000	(2.071,00000)

22 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

22.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

22.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor Justo		Valor Contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	5.273	1.802	5.273	1.802
			5.273	1.802	5.273	1.802
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	146	254	146	254
Cauções e depósitos vinculados	9	Nível 2	11	11	11	11
			157	265	157	265
			5.430	2.067	5.430	2.067
Total						
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	12	Nível 2	14.036	9.191	14.036	9.191
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	113	100	113	100
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	78	32	78	57
Licenças ambientais		Nível 2	1.406		2.268	
			15.633	9.323	16.495	9.348
Total						

22.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

22.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

22.1.1.3 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, Arrendamento e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

22.1.1.3.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas.

Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuais. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

22.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos (“Taxonomia”) e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision*) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance (“GRC”), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

22.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticidade todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

22.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário				
			provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	5.273	55	55	55	13	26
							(13)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI 8,0% e 11,7% a.a.

22.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 10) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023						31/12/2022	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	14.036						14.036	9.191
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				113			113	100
Arrendamentos e aluguéis	3	3	25	56	25	(34)	78	57
Licenças Ambientais	215	553	1.150	422		(72)	2.268	-
	14.254	556	1.175	591	25	(106)	16.495	9.348

22.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2023 foi negativo em R\$13.719 (R\$8.104 positivo em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista, aportes de capital do acionista e novas captações de dívida, para que os investimentos na construção da infraestrutura da concessão evoluam conforme o previsto.

22.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 28/03/2024**

Certificado emitido por: **CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR**

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

22.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora final EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da controladora final, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

22.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

22.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 25).

22.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	31/12/2023	31/12/2022
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.419)	(2.056)
(-) Cauções	(3)	(3)
Dívida líquida	(5.422)	(2.059)
Total do Patrimônio Líquido	227.818	18.762
Total do capital	222.396	16.703
Índice de alavancagem financeira - %	-2,44%	-12,33%

Demonstrações dos Fluxos de Caixa						
23.1 Atividades de financiamento						
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:						
		2023				
		Efeito não caixa				
	Saldo em		Ajuste a valor de	Adições/	Saldo em	
	Nota	31/12/2022	Efeito caixa	mercado/ presente	baixas	31/12/2023
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções e depósitos vinculados		3				3
		3	-	-	-	3
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos		-			1.452	1.452
Arrendamentos e aluguéis		57	(957)	94	884	78
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	8.1	113.206	220.000		(113.206)	220.000
Capital social	15.1	20.951	89.000		113.206	223.157
		134.214	308.043	94	2.336	444.687
Movimento relativo às atividades de financiamento		134.211	308.043	94	2.336	444.684

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Vice-Presidente	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	João Manuel Brito Martins Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro
DIRETORIA EXECUTIVA				
Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	José Gleylson Fernandes Silva Diretor Administrativo e Financeiro		André Caetano Rocha de Andrade Diretor Técnico	
CONTABILIDADE				
Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)			Carla Renata Baptistião Contadora - CRC 1SP328362/O-5 "S" ES	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Aos Administradores e Acionistas	
EDP Transmissão Norte S.A.	
Opinião	
Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Norte S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.	
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").	
Base para opinião	
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	
Outros assuntos	
Demonstração do Valor Adicionado	
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	
Valores correspondentes ao exercício anterior	
O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2023, sem ressalvas.	
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras	
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.	
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.	
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras	
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.	
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:	
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.	
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.	
São Paulo , 26 de fevereiro de 2024	
 pwc	
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5	
Adriano Formosinho Correia Contador CRC 1BA029904/O-5	



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 28/03/2024**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

2094 EDP TRANSMISSAO NORTE BALANCO.pdf

Código do documento: 2094



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

28 mar 2024, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 2094

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2024-03-28T00:01:40-03:00

28 mar 2024, 00:01:40 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2024-03-28T00:01:40-03:00

28 mar 2024, 00:01:40 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2024-03-28T00:01:40-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 7a3f98986a0069cdbe09661cdd4de52dbf317a3dea85c33a63bbe74138f78b7

[SHA512]: 46f8450a2db4a909b19f36d75422747bfae5a6791b1e2a5b0d9bf836a75b8df3bd87b36a9d828034c21c69bfa56fac7a68c90ecca94eb50e8653d79c9309e7ac

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB